

**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**CONSELHO DAS CIDADES**

**MOÇÃO DE REPÚDIO**

**O Conselho das Cidades**, em sua 50ª Reunião Ordinária, realizada entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2016, em Brasília, aprova no uso das suas atribuições estabelecidas pelo Decreto n° 5.790, de 25 de maio de 2006, a seguinte moção de Repúdio ao Ministério das Cidades:

Considerando o decreto n° 5.790, de 25 de maio de 2006 que cria o Conselho das Cidades;

Considerando a participação da Sociedade Civil no processo de Gestão Democrática;

Considerando a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

Considerando o descumprimento dos prazos e deliberações politicas que envolvem a construção de uma Conferência Nacional;

Torna público seu repúdio aos acontecimentos denunciados pela coordenação executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades - CNC, a qual deu conhecimento a esta plenária das omissões do Ministério das Cidades, que nos últimos cinco meses (pelo menos) não tem assegurado as condições objetivas para o trabalho da Coordenação Executiva e consequentemente para a realização das etapas da 6ª CNC. O tema da Função Social da Cidade e da Propriedade e o lema Cidades, Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas formam o temário proposto pelo Conselho das Cidades para nortear os debates da 6ª CNC, convocada pela Resolução Normativa Nº 19 de 18 de setembro de 2015, que aprova o regimento da 6ª CNC. Diferente das conferências anteriores, onde minimamente o Conselho das Cidades e a coordenação da Executiva pactuaram o processo e tiveram meios para desenvolver a função de articular as etapas municipais, estaduais e nacional, dessa vez nenhuma das tentativas de construção Sociedade Civil / Governo Federal tiveram êxito. Da convocação do processo até novembro foram muitos os momentos em que a sociedade civil cedeu tentando garantir a manutenção do espaço de gestão democrática. Infelizmente a inercia do GOVERNO GOLPISTA, tem inviabilizado a realização da Conferência em um nítido movimento de esvaziamento e negação da participação social.

O problema é tão grave que até mesmo a Metodologia acordada pela comissão, que necessitava da contratação de equipe de apoio para a elaboração de texto Nacional para as etapas estaduais, da abertura de edital divulgando para entidades nacionais prazos para a submissão de textos complementares sobre o temário da conferência e a realização de reuniões periódicas da comissão, não foi concluída por ausência da realização de reuniões da Comissão de Sistematização da 6ª CNC. Segundo o calendário aprovado na 49ª reunião do ConCidades a comissão deveria ter se reunido 3 vezes. Com o cancelamento, injustificado, da reunião de agosto do ConCidades e sem sequer a realização de encontro da Coordenação Executiva da 6ª CNC, fica demonstrada a ausência de compromisso e interesse por parte do Poder Público Feederal para a construção democrática e plural do espaço de gestão democrática.

Com esse cenário de esvaziamento estamos à margem da realização de várias Conferências Estaduais das Cidades, dentre elas as dos estados da Bahia e de São Paulo. Não temos condições políticas de dar respostas simples a questões como: Como acessar o sistema informatizado da 6ª CNC? Que metodologia deve ser utilizada nas etapas estaduais? Que produto deve ser enviado à Comissão Nacional?

Neste sentido, as entidades do Conselho das Cidades denunciam a **omissão e o descaso** do Ministério das Cidades no tocante a realização da 6ª Conferência das Cidades que, por princípio, deveria avaliar e definir as políticas de âmbito deste ministério e eleger as entidades do Conselho Nacional das Cidades.